REPÚBLICA PORTUGUESA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PARECER N.º 302-(i)

Senhores Deputados.—A vossa comissão do Orçamento, tendo examinado atentamente o desenvolvimento da despesa do Ministério da Marinha para o ano económico de 1916-1917, é de parecer que êle merece a vossa aprovação na generalidade. Está minucioso, com suficiente desdobramento de rubricas e em plena conformidade com a lei.

Dizemos que deve ser aprovado na generalidade; porque, na especialidade, algumas pequenas modificações temos a honra de propor ao vosso esclarecido exame, tendo em consideração algumas justíssimas reclamações desde há muito formuladas e a boa ordem nos serviços; mas se algumas representam pequenos aumentos de despesa, por se ter reconhecido serem insuficientes as verbas inscritas, outras importam economias a realizar que as compensam.

Com a maioria das judiciosas modificações introduzidas pelos Srs. Ministros das Finanças e da Marinha no orçamento inicialmente proposto pelas autoridades de marinha a vossa comissão concorda plenamente.

O resumo comparativo das vossas propostas, para o ano económico de 1916-1917 com as que foram autorizadas pela lei de 31 de Agosto de 1915 dá:

Despesa ordinária:	
Diferença para menos . . .	79.053$96
Despesa extraordinária:	
Diferença para menos . . .	32.400$00
Diferença total para menos. . . .	111.453$96

Tem aumentado extraordinàriamente o custo dos géneros; dos materiais de construção; de carvão, lubrificantes, equipamentos, uniformes, armamento, etc. O prémio do ouro não cessou de subir. Mas sendo a guerra, em que já agora nos encontramos também envolvidos, a causa de tudo isso, devem ser inscritos no orçamento especial da *despesa de guerra* todos os excessos de despesa que dela derivam, tanto no tocante a material, como à organização de novos serviços, ampliação de quadros, recrutamento de novos contingentes, etc.

*

Srs. Deputados: depois de examinar a proposta orçamental, o desenvolvimento da despesa do Ministério da Marinha, e outros documentos, a vossa comissão não pode deixar de exprimir o seu desgôsto por ver que chegou a hora da guerra, surpreendendo a nossa marinha composta apenas, na sua quási totalidade, de unidades que já ultrapassaram o limite razoável da sua existência; sobretudo porque as más condições em que a República veio encontrar o Tesouro não permitiram aos seus Governos remediarem rápidamente todos os males de que ela vinha enfermando.

Os cruzadores, embora dispondo de excelente artilharia, estão velhos.

O material de defesa móvel é insuficiente; deficientíssimo, em número e qualidade, o material para a fiscalização da pesca que tudo aconselha a intensificar. E porque as colónias não tem podido, ou não tem querido dotar as suas marinhas privativas com o material naval apropriado, tornou-se necessário distrair cruzadores e outros navios para êsses serviços,

com grande prejuízo para a defesa nos mares da Europa e ao mesmo tempo para essas colónias, por irem pesar em demasia nos seus orçamentos.

A construção das escolas de aplicação de marinha pouco tem adiantado. Nas escolas de artilharia e de torpedos continuam a fazer-se verdadeiros milagres com o aproveitamento do material antiquado.

Por outro lado, por não ter sido ainda discutido o plano de reorganização naval que há três anos está no Parlamento, a marinha continua sem estatuto, regulando-se por uma lei que tem vinte e sete anos; modificada por vezes, é certo, mas para pior; e por um regulamento com mais de quarenta anos e, portanto, inaplicável às condições do presente.

E porque êsse estatuto não existe, como cúpula de todo o edifício naval, surgem a cada passo, desarmonias, desigualdades, dispersão de esforços e os maiores embaraços na organização de quaisquer novos serviços.

*

No tocante ao pessoal a vossa comissão constata com mágoa que bem pouco tem sido possível fazer em seu benefício.

A redução do material, principalmente, passarem-se anos sôbre anos sem que os programas navais aprovados no Parlamento hajam alcançado execução, tem feito com que um grande número de oficiais hajam procurado exercer a sua actividade em outros mesteres, afastando-se, para a licença ilimitada, para o serviço de Companhias, ou para as colónias, quási perdida a esperança de verem satisfeita a sua legítima aspiração — que é a do país — o possuirmos uma marinha, modesta embora, mas composta só de navios próprios para a guerra.

A essa falta de estímulo vem juntar-se a morosidade nas promoções, permanecendo hoje os oficiais 12 e 14 anos em cada um dos postos de segundo e de primeiro tenente; o que em marinha alguma do mundo sucede.

Mas nem é necessário ir procurar confrontos com essas marinhas. Fazendo-se a comparação com o que se passa no nosso exército, vê-se que oficiais do exército que foram seus condiscípulos na Escola Politécnica são já hoje tenentes-coronéis; ao passo que êles continuam ainda tenentes. São ainda segundos tenentes alguns oficiais que foram condiscípulos de camaradas do exército que hoje são capitães muito antigos ou mesmo majores.

Dentro da própria armada se dão desigualdades bem extraordinárias de que resulta fatalmente prejuízo para a boa harmonia que deve unir todos os organismos da família militar. Na classe dos maquinistas teóricos e práticos, por exemplo, e na dos oficiais da administração naval, além de se alcançar promoção por diuturnidade no fim de quatro anos no pôsto de guardas-marinhas, vai-se buscar a antiguidade à data em que se completa onze anos contados desde a saída da Escola Naval. E se a estas classes, assim como à dos médicos foi suprimido o abôno da chamada ração, elas passaram a ter no quartel, ou no hospital um subsídio de 15$ mensais. A classe dos oficiais combatentes, porêm, viu o seu quadro reduzido nos postos de oficiais generais. Foi-lhe suprimida a ração. E a promessa de que um equivalente aumento de sôldo ou da gratificação de exercício se não faria esperar, ainda se não realizou.

O projecto de promoção por diuturnidade dos segundos tenentes com oito anos de pôsto ainda não logrou discussão. E agora mesmo, no momento em que, pela força das circunstâncias, se tornou necessário confiar a oficiais relativamente novos missões de grande responsabilidade, êsses oficiais vem descer o seu número na escala das promoções com a entrada dalguns camaradas seus que estavam fóra do quadro.

Que as circunstâncias do Tesouro não permitam dar-se-lhes êsse estímulo que em todas as marinhas se concede nas horas graves, com uma aceleração de promoções, ainda se aceita. Mas que longe de receberem êsse prémio, se lhes crie um grande retardamento nas suas promoções, é absolutamente injusto.

A classe prestimosa dos sargentos também não pode ainda ver realizadas as suas legítimas aspirações; continuando os seus quadros a não corresponderem numéricamente às exigências do serviço naval.

*

Srs. Deputados: se a vossa comissão, como vem de dizer-se, lastima sinceramente que a nossa marinha, tam dedicada, tam

patriótica, e a quem a República deve tam assinalados serviços, se encontre ainda bem longe da situação a que tem direito e que os altos interêsses da Pátria reclamam — não pode deixar de reconhecer que vem a ser feito há um ano um esfôrço jámais excedido; quer no tocante à preparação militar e eficiência do pouco que nos resta, quer nas construções, reparações e transformações a cargo do nosso Arsenal e da indústria particular.

Merece o seu maior aplauso a aquisição dos três submersíveis ordenada pelo Govêrno transacto, navios que, dentro de quatro meses, virão a constituir mais um elemento sério defensivo dos nossos portos continentais.

A adaptação dalguns vapores de boa marcha a cruzadores auxiliares, a rápida montagem dos serviços de dragagens e doutros meios de defesa submarina, que tam excelentes resultados tem já produzido; a promulgação de diversas medidas governativas tendentes a melhorar rápidamente alguns serviços e a alcançar-se pessoal devidamente instruído — merecem igualmente o seu aplauso e são prova incontroversa do grande patriotismo e capacidade não só do pessoal da armada, como da engenharia naval e do nosso operariado.

Mas, porque o tempo urge; porque estamos em guerra, e essa guerra está longe do seu termo— a vossa comissão compreendendo embora que a situação do Tesouro não permita remediar de pronto todos os males de que a marinha ainda enferma, não quere deixar de manifestar a sua inabalável convicção de que a Câmara e o Poder Executivo farão patrióticamente tudo quanto fôr necessário para que possa corresponder às esperanças e à confiança que, na hora presente, nela põe o país.

Não era grande a verba que figurava na despesa, resultante da *guerra europeia e colonial*, para o Ministério da Marinha, antes da publicação do decreto recente que englobou as despesas dos três Ministérios. Mas a vossa comissão espera que o Poder Executivo mandará acelerar o mais possível a construção dos dois *destroyers* e das três canhoneiras da fiscalização da pesca, a cargo do Arsenal; iniciando-se, logo a seguir, a dum novo grupo de *destroyers* e de submarinos de grande raio de acção; que diligenciará adquirir com toda a urgência, pelo menos, dois cruzadores rápidos, tipo *Arethuse;* dois *destroyers* de 900 toneladas, material de artilharia e munições de reserva para armamento de mais alguns cruzadores auxiliares; e que se iniciará a construção do novo Arsenal fora Lisboa.

Será também de grande vantagem que se acelere a construção das Escolas de Aplicação de Marinha e que se faça rápidamente a transferência da Escola Naval para algum edifício do Estado, também fora de Lisboa—para o palácio do Alfeite, por exemplo—de modo a ficar tam próximo quanto possível daquelas escolas e do Arsenal novo, e para que a instrução dos actuais aspirantes não sofra interrupção, podendo ser admitidos trinta novos aspirantes—mínimo absolutamente indispensável, dada a escassez de oficiais subalternos com que presentemente a marinha luta, o qual ainda mais se agravará nos dois próximos anos, por serem muito reduzidos os cursos actuais.

A nossa marinha mercante e de recreio, que tam assinalados serviços está patrióticamente prestando agora, por certo continuará a merecer do Poder Executivo toda a protecção e estímulo.

Justificação das emendas apresentadas

Despesa ordinária

CAPITULO 3.º

Art. 5.º Posteriormente à data em que o Sr. Ministro das Finanças julgou possível fazer-se o abatimento de 14.000$ na verba para os vencimentos de oficiais que regressam ao serviço da arma, viu-se que essa verba não chegaria, pelo grande movimento que tem havido. A verba agora inscrita será o mínimo que poderá gastar-se com tal serviço.

Art. 7.º *Subsídios a oficiais da corporação da armada*—reforçou-se com 8.596$; porque as guarnições dos navios estão completas; e inscreveu-se a seguinte nova epígrafe: *Subsídios legais aos oficiais das diversas repartições da Majoria General da Armada e da 1.ª e 2.ª Repartições da Direcção Geral de Marinha quando prestem serviço considerado permanente e para outros serviços não previstos,* 17.571$05.

Art. 8.º *Trabalhos hidrográficos,* aba-

tem-se 3.000$; porque, tendo passado ao serviço da Divisão Naval o Aviso *Cinco de Outubro,* todos os trabalhos que estavam a seu cargo ficaram suspensos.

Art. 9.º Aumenta-se 1.296$ para mais doze alunos do 1.º ano da Escola Naval. A falta de subalternos, derivada do grande número de oficiais que se afastaram para a Marinha Colonial, para licença ilimitada e para o serviço de companhias, ainda mais se agravará nos dois próximos anos, visto que em 1913 e 1914 se cometeu o êrro de se permitir apenas o alistamento de três candidatos em cada um dêsses anos; sem contudo o Estado deixar de gastar como gasta anualmente 78.000$ com a Escola Naval.

Art. 11.º *Nas despesas gerais* da Escola Prática de Artilharia e da Escola Naval já tinham sido abatidos pelos Srs. Ministros das Finanças e da Marinha 6.807$08; mas podem ser abatidos mais 2.172$ porque a Escola Naval ardeu e porque a Escola de Artilharia funciona agora como depósito, tendo desembarcado a maior parte do seu material.

CAPÍTULO 4.º

Art. 15.º Abatem-se 20.000$ na construção de faróis, porque estando-se em guerra desapareceu a urgência de se completar o programa da farolagem que de resto já está executado na sua parte principal.

Art. 19.º Abatem-se 3.000$ nas despesas gerais dos faróis; porque um grande número dêles estarão apagados emquanto durar a guerra.

CAPÍTULO 5.º

Art. 22.º *Nas despesas gerais fabris* abatem-se 7.240$ à dotação para material da Cordoaria Nacional, visto êste estabelecimento do Estado receber sempre das várias estações a importância dos artigos que fornece.

CAPÍTULO 7.º

Art. 28.º Inscrevem-se 6.000$ com a rubrica: *Auxílio para o Montepio dos Sargentos e Equiparados,* instituído por lei de 22 de Março de 1911, que no seu artigo 13.º preceitua que os Ministérios de que depende a força armada da Nação, por cotização proporcional, constituam o fundo permanente de 50.000$.

Art. 29.º Aumenta-se de 720$ como previsão para pensões a viúvas, porque a verba inscrita é muito diminuta.

Despesas extraordinárias

CAPÍTULO 2.º

Construções navais. Aumentam-se 5.000$ para a *aquisição de uma lancha a gasolina para a capitania do pôrto da Horta;* melhoramento há muito reclamado e da mais urgente necessidade.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR

António Macieira, presidente (com declarações).
Manuel da Costa Dias.
João Carlos de Melo Barreto.
Carvalho Araújo.
Abílio Marçal.
Eduardo Alberto Lima Basto (com declarações).
Augusto Nobre.
Rodrigo Rodrigues.
Jaime Daniel Leote do Rêgo, relator.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Orçamento proposto para 1916-1917 com as alterações feitas por SS. Ex.as os Ministros da Marinha e Finanças respectivamente em 20 e 30 de Dezembro de 1915

Capítulos	Artigos	Designação da despesa	Orçamento para 1916–1917								Orçamento aprovado para 1915–1916	Diferenças em 1916–1917	
			Proposto pelas autoridades de Marinha	Abatimentos feitos por S. Ex.ª o Ministro da Marinha: Definitivos	Abatimentos feitos por S. Ex.ª o Ministro da Marinha: Transferência para a despesa da guerra	Abatimentos feitos por S. Ex.ª o Ministro das Finanças: Definitivos	Abatimentos feitos por S. Ex.ª o Ministro das Finanças: Transferência para a despesa da guerra	Rectificado	Alterações feitas pelo Ex.mo Sr. Relator em 9 de Maio de 1916: Diferença para mais	Alterações feitas pelo Ex.mo Sr. Relator em 9 de Maio de 1916: Diferença para menos	Importâncias liquidas das alterações		Para mais	Para menos
		DESPESA ORDINÁRIA												
1.º		**Gabinete do Ministro**												
	1.º	Ministro da Marinha	3.200$	-$-	-$-	-$-	-$-	3.200$	-$-	-$-	3.200$	3.200$	-$-	-$-
2.º		**Primeira Divisão Autónoma**												
	2.º	Pessoal do Gabinete	1.000$	-$-	-$-	-$-	-$-	1.000$	-$-	-$-	1.000$	1.000$	-$-	-$-
	3.º	Despesas gerais do Gabinete	2.000$	-$-	-$-	-$-	-$-	2.000$	-$-	-$-	2.000$	1.800$	200$	-$-
3.º		**Segunda Divisão Autónoma**												
	4.º	Majoria General da Armada	7.026$59	-$-	-$-	-$-	-$-	7.026$59	-$-	-$-	7.026$59	7.033$80	-$-	7$21
	5.º	Oficiais da Corporação da Armada	507.220$	-$-	-$-	14.000$	-$-	493.220$	(a) 14.000$	-$-	507.220$	507.220$	-$-	-$-
	6.º	Corpo de Marinheiros	686.754$90	-$-	-$-	-$-	-$-	686.754$90	-$-	-$-	686.754$90	686.754$90	-$-	-$-
	7.º	Subsídios a oficiais da Corporação da Armada	141.115$25	-$-	-$-	-$-	13.999$15	127.116$10	(b) 8.596$	-$-	135.512$10	141.115$25	-$-	5.603$15
	8.º	Rações	531.965$60	-$-	-$-	18.617$10	52.701$70	460.646$80	-$-	-$-	460.646$80	468.067$02	-$-	7.420$22
	9.º	Despesas gerais da Armada	228.178$	20.000$	-$-	9.471$	6.570$	192.137$	-$-	(f) 3.000$	189.137$	188.759$	378$	-$-
	10.º	Escolas	37.679$70	-$-	-$-	-$-	-$-	37.679$70	(c) 1.296$	-$-	38.975$70	35.036$20	3.939$50	-$-
	11.º	Despesas gerais das Escolas	39.943$08	6.000$	-$-	807$08	-$-	33.136$	-$-	(g) 2.172$	30.964$	31.136$	-$-	172$
	12.º	Hospital da Marinha	4.375$36	-$-	-$-	-$-	-$-	4.375$36	-$-	-$-	4.375$36	4.379$36	-$-	4$
	13.º	Despesas gerais do Hospital da Marinha	30.150$	-$-	-$-	-$-	2.150$	28.000$	-$-	-$-	28.000$	27.670$	330$	-$-
4.º		**Terceira Divisão Autónoma**												
	14.º	Direcção Geral de Marinha	50.105$90	-$-	-$-	-$-	-$-	50.105$90	-$-	-$-	50.105$90	49.455$84	650$06	-$-
	15.º	Despesas gerais da Direcção Geral de Marinha	88.444$	7.000$	-$-	1.000$	-$-	80.444$	-$-	(h) 20.000$	60.444$	74.764$18	-$-	14.320$18
	16.º	Departamentos Marítimos	61.593$40	-$-	-$-	1.000$	-$-	60.593$40	-$-	-$-	60.593$40	60.088$56	504$84	-$-
	17.º	Despesas gerais dos Departamentos	25.862$14	2.283$	-$-	2.269$08	-$-	21.310$06	-$-	-$-	21.310$06	23.579$14	-$-	2.269$08
	18.º	Faróis	52.434$	-$-	-$-	-$-	-$-	52.434$	-$-	-$-	52.434$	52.406$	28$	-$-
	19.º	Despesas gerais dos farois	40.000$	3.000$	-$-	-$-	2.000$	35.000$	-$-	(i) 3.000$	32.000$	35.000$	-$-	3.000$
5.º		**Quarta Divisão Autónoma**												
	20.º	Administração dos Serviços Fabris	36.404$	-$-	-$-	-$-	-$-	36.404$	-$-	-$-	36.404$	36.764$	-$-	360$
	21.º	Férias do pessoal fabril	646.241$25	-$-	179.014$40	-$-	16.316$80	450.910$05	-$-	-$-	450.910$05	462.439$40	-$-	11.529$35
	22.º	Despesas gerais fabris	579.145$	13.000$	174.575$	-$-	34.000$	357.570$	-$-	(j) 7.240$	350.330$	391.570$	-$-	41.240$
6.º		**Classes inactivas de Marinha**												
	23.º	Oficiais reformados	236.735$44	-$-	-$-	-$-	-$-	236.735$44	-$-	-$-	236.735$44	236.735$44	-$-	-$-
	24.º	Pessoal fabril reformado e licenciado	125.642$91	-$-	-$-	-$-	-$-	125.642$91	-$-	-$-	125.642$91	125.642$91	-$-	-$-
	25.º	Divisão de Reformados	205.656$05	-$-	-$-	3.000$	-$-	202.656$05	-$-	-$-	202.656$05	200.853$68	1.802$37	-$-
	26.º	Despesas gerais da Divisão de Reformados	702$	-$-	-$-	-$-	-$-	702$	-$-	-$-	702$	702$	-$-	-$-
7.º		**Encargos gerais do Ministério**												
	27.º	Subsídios a Empresas de Navegação	51.990$	-$-	-$-	-$-	-$-	51.990$	-$-	-$-	51.990$	43.750$	8.240$	-$-
	28.º	Auxílio a diversas instituições	41.430$08	-$-	-$-	-$-	-$-	41.430$08	(d) 6.000$	-$-	47.430$08	40.337$28	11.092$80	-$-
	29.º	Subsídio a viuvas de oficiais da Armada	1.440$	-$-	-$-	-$-	-$-	1.440$	(e) 720$	-$-	2.160$	1.440$	720$	-$-
	30.º	Passagens terrestres e marítimas	15.000$	-$-	-$-	-$-	7.000$	8.000$	-$-	-$-	8.000$	10.000$	-$-	2.000$
	31.º	Trabalhos tipográficos	12.000$	-$-	-$-	2.000$	-$-	10.000$	-$-	-$-	10.000$	8.000$	2.000$	-$-
	32.º	Telegramas	2.000$	-$-	-$-	-$-	-$-	2.000$	-$-	-$-	2.000$	2.000$	-$-	-$-
	33.º	Despesas eventuais	3.000$	-$-	-$-	1.000$	-$-	2.000$	-$-	-$-	2.000$	3.000$	-$-	1.000$
	34.º	Prémio de ouro e fundo de seguro	304.798$43	-$-	-$-	220.812$77	-$-	83.985$66	-$-	-$-	83.985$66	100.000$	-$-	16.014$34
8.º		**Despesas de gerências e anos económicos findos**												
	35.º	Despesas de gerências findas	2.000$	-$-	-$-	-$-	-$-	2.000$	-$-	-$-	2.000$	2.000$	-$-	-$-
			4:803.233$08	51.283$	353.589$40	273.977$03	134.737$65	3:989.646$	30.412$	35.412$	3:984.646$	4:063.699$96	29.885$57	106.939$53
		Diferença para menos em 1916–1917	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	79.053$96		79.053$96	

(a) Para vencimentos de oficiais que regressaram ao serviço da arma. (b) Maior previsão para subsídios não previstos. (c) Para mais 12 alunos do 1.º ano. (d) Auxílio para o Montepio dos sargentos, lei de 26 de Março de 1911. (e) Previsão para pensões a viuvas. (f) Diminuição de despeas de trabalhos hidrográficos. (g) Despesas gerais da Escola Prática de Artilharia e Escola Naval. (h) Construção de farois. (i) Material para farois. (j) Material para a Cordoaria Nacional.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR

Capítulos	Artigos	Designação da despesa	Orçamento para 1916–1917									Orçamento aprovado para 1915–1916	Diferenças em 1916–1917	
			Proposto pelas autoridades de Marinha	Abatimentos feitos por S. Ex.ª o Ministro da Marinha		Abatimentos feitos por S. Ex.ª o Ministro das Finanças		Rectificado	Alterações feitas pelo Ex.mo Sr. Relator em 9 de Maio de 1916		Importâncias líquidas das alterações		Para mais	Para menos
				Definitivos	Transferência para a despesa da guerra	Definitivos	Transferência para a despesa da guerra		Diferença para mais	Diferença para menos				
		DESPESA EXTRAORDINÁRIA												
1.º	–	Obras e construções	79.000$	27.500$	27.500$	2.000$	6.000$	16.000$	–$–	–$–	16.000$	14.000$	2.000$	–$–
2.º	–	Construções navais	45.000$	40.000$	–$–	–$–	–$–	5.000$	(a) 5.000$	–$–	10.000$	15.400$	–$–	5.400$
3.º	–	Material rádio-telegráfico	4.000$	–$–	–$–	1.000$	–$–	3.000$	–$–	–$–	3.000$	21.000$	–$–	18.000$
4.º	–	Gabinetes e laboratórios	–$–	–$–	–$–	–$–	–$–	–$–	–$–	–$–	–$–	15.000$	–$–	15.000$
4.º	–	Material de guerra	84.200$	–$–	80.000$	200$	–$–	4.000$	–$–	–$–	4.000$	–$–	4.000$	–$–
			212.200$	67.500$	107.500$	3.200$	6.000$	28.000$	5.000$	–$–	33.000$	65.400$	6.000$	38.400$
		Diferença para menos em 1916–1917									32.400$		32.400$	

(a) Importância para um gasolina para o pôrto da Horta.

Resumo

Diferenças para menos:

Na despesa ordinária	79.053$96
Na despesa extraordinária	32.400$
	111.453$96

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR